

---

## *História local e seu devir historiográfico*

*Sílvio Marcus de Souza Correa\**

---

**Resumo:** Neste artigo tem-se o intuito de vislumbrar novas possibilidades à escrita da história local a partir de algumas tendências historiográficas. Tendo como base empírica uma localidade no interior da cidade, de porte médio, de Santa Cruz do Sul (RS), pleiteia-se no presente artigo a profissionalização da história local sem, contudo, deixar de considerar que tal encaminhamento pode significar um réquiem para a história local.

**Palavras-chave:** historiografia, história local, imigração

---

A história local tem uma posição marginal na historiografia brasileira. Sua escrita predominantemente diletante e sua narrativa demasiado subjetiva parecem ser as principais responsáveis pelo seu descrédito em círculos acadêmicos, embora ainda seja grande a preferência que ela goza junto ao público leigo e avesso, muitas vezes, à linguagem hermética dos historiadores profissionais.

Em termos quantitativos e qualitativos, há uma diferença entre a história local no Brasil e aquela de países como a França e a Alemanha, onde a *histoire locale* e a *Ortgeschichte* têm respectivamente uma larga tradição. A antiguidade das comunas nesses países não seria o único diferencial. A relação entre história local e historiografia nacional na Europa também assume outros contornos

---

\* Ph. D. pela Wesfälische Wilhelms-Universität Münster (Alemanha) e professor do Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul.

no caso da América Latina, pois a história local europeia é majoritariamente escrita por profissionais, enquanto a latino-americana tem o diletantismo como predominância. Além disso, o diálogo entre amadores e profissionais europeus da história local tem gerado bons resultados em que, não raro, os primeiros recebem suporte teórico-metodológico dos segundos em troca de informações ou fontes, às vezes inéditas.

Na França, Alain Croix e Didier Guyva'ch (1990) lançaram um livro, no qual treze historiadores profissionais orientam os amadores da história local para melhor explorar os arquivos comunais e eclesiásticos, os periódicos locais, fotografias e documentos cartográficos. Edições semelhantes ocorreram em outros países da Europa central. Na América Latina, o diálogo entre amadores e historiadores profissionais vem ocorrendo principalmente em função das áreas de colonização e imigração europeia do século XIX e XX. Congressos e colóquios sobre a imigração alemã, italiana e judaica têm reunido nas últimas décadas um público heterogêneo de profissionais e amadores, principalmente no Brasil meridional e na Argentina. Entre outros motivos que favorecem essa história local, destacam-se a importância econômica e sócio-cultural dessas localidades e o número expressivo de documentos manuscritos e impressos (cartas, periódicos, relatórios, livros), além de fotografias e de um patrimônio arquitetônico local significativo.

Apesar do diálogo promissor entre amadores e profissionais da história local, prevalece uma clivagem entre histórias magna e parva. O historiador espanhol Jaime Contreras chegou a denominar de forma pejorativa essa história parva de “história residual” (*apud* Levi 1999). Mas, para além dessas alcunhas, pode-se inferir que a propalada incompatibilidade da história local com a historiografia varia de acordo com a profissionalização da primeira.

Os motivos dessa pouca relevância da história local junto à historiografia brasileira se devem, portanto, ao amadorismo de sua escrita e a uma orientação paradigmática ultrapassada em termos acadêmicos. Novas tendências historiográficas se valem, no entanto, de recursos biográficos e narrativos empregados com frequência pela escrita diletante da história. O pitoresco também deixou de ser apanágio dos contos e ganhou as páginas das narrativas históricas de âmbito profissional.

Jacques Revel (1999) já demonstrou que “fazer história e contar uma história” estiveram sempre associados na tradição ocidental. Para Revel, pode haver uma dupla leitura da narrativa adotada atualmente por certos historiadores: uma que pode significar um recuo das suas ambições científicas, e outra que pode representar uma investida de funções cognitivas, a fim de contribuir para construir uma nova epistemologia. Menos dual que Revel e sem pretender equacionar o problema da narrativa em História demarcando-

a dos pressupostos teóricos subjacentes à narrativa ficcional e, sobretudo, à positivista, tal como fez Mark Bevir (1999), Lawrence Stone (1999) aponta para as muitas ambigüidades vindas no bojo deste renascimento da narrativa na historiografia. Um defensor mais entusiasta da narrativa em História, o historiador espanhol Carlos Barros (1998) acredita por sua vez que a história narrativa poderá assumir a forma de síntese entre a “nova” e a “velha” história, possibilitando assim uma relação entre os historiadores e um público leitor mais amplo e heterogêneo.

Apesar das novas reflexões e contribuições teóricas sobre a narrativa na história e da tendência à exclusão radical de conceitos de objetividade e verdade do discurso historiográfico, deve-se evitar a *tabula rasa* de um complexo teórico-metodológico de investigação histórica erigido ao longo do século XX.

### **História local não é micro-história**

Se de fato algumas novas tendências historiográficas têm apontado para uma aproximação com a Literatura, isto não significa que a realidade pretérita foi relegada à matéria-prima de uma escrita ficcional. Mesmo abandonando a pretensão científico-positivista e ampliando os instrumentos de análises hermenêuticas e críticas no tratamento de fontes diversas, a produção historiográfica contemporânea é majoritariamente marcada por teorias e metodologias próprias às ciências sociais. Aliás, o embaraço que muitos historiadores profissionais experimentam em termos teórico-metodológicos tem a ver com a própria definição, enquanto ciência ou não, do conhecimento histórico.

O problema da objetividade e da subjetividade do conhecimento histórico também incita a aproximação de historiadores com a Literatura. Hubert Watelet (1999) afirma que a análise do problema da objetividade deve fazer-se com a predisposição de espírito preconizada por Paul Ricoeur, isto é, cabe ao historiador evitar a subjetividade passional e se manter no plano de todas as possibilidades de uma “subjetividade de pesquisa”. Essa coexistência da razão com a vontade e a afetividade também foi tema de reflexão da historiadora Francisca Colomer (1999) e suscita novamente a pergunta de se a história segue sendo uma ciência.

Mas para o reconhecimento de uma “cientificidade” do conhecimento histórico, há de se ter uma definição conceitual mais rigorosa do próprio discurso historiográfico, pleiteia Eugenio Piñero (1999). No caso da história local, ela se encontra muitas vezes entre a História e a Literatura. Ou seja, longe da pretensão científica da primeira, e estilística da segunda.

A historiografia contemporânea não é por sua vez homogênea. Como lembra Burke (2002, p.30), ela é fruto de uma tradição crítica que remonta às

primeiras décadas do século XX, quando historiadores como Lamprecht, Turner, Bloch e Febvre propuseram na Alemanha, nos EUA e na França um “novo tipo de história”. Essa nova história abrigou, ao longo de décadas, múltiplas e diversas tendências. Mas como uma das características do projeto de renovação da história da primeira metade do século XX foi sua contraposição às correntes anteriores, em especial a positivista, o seu discurso historiográfico foi, geralmente, de encontro àquela visão linear e de continuidades que se encontra muitas vezes na escrita da história local. Além desta visão historiográfica, a escrita da história local tem outras características que concorrem para o seu descrédito junto ao círculo de historiadores profissionais.

Desprovida de teorias e métodos reconhecidos pela historiografia, a história local no sul do Brasil apresenta uma escrita individualizada e cujo estilo depende da erudição literária dos seus autores. Em geral, estes são clérigos ou leigos de profissão liberal. Os primeiros são responsáveis pelo tom demasiado paroquial, e os segundos pelo caráter mais biográfico ou genealógico que predominam na história local de comunidades formadas à época da imigração européia.

As fontes empregadas por estes autores são, predominantemente, de arquivos paroquiais e familiares, sendo que cartas e fotografias de acervos particulares são utilizadas com certa frequência. Assim que muitos dos autores da história local recorrem a documentos inéditos, cuja disponibilidade nem sempre é garantida a outros historiadores. Não raro, a escrita da história local tem ainda a própria experiência empírica do(s) seu(s) autor(es) como fonte literária. Lembranças de um passado tendem a servir de “provas” para certos acontecimentos, cuja importância para a comunidade local é atribuída pelo autor enquanto testemunha dos mesmos e, frequentemente, essa versão reveste-se de uma presunçosa veracidade indubitável. No caso de ter sido testemunha ocular de fatos e acontecimentos considerados de relevância histórica, o historiador diletante pode correr o risco de confundir sua biografia com a história da comunidade local. Neste caso, a crítica de Bourdieu (1996) à biografia ganha uma nova dimensão, pois a coerência artificial que a biografia investe à trajetória individual tende a ser repassada pelo historiador diletante à trajetória coletiva da comunidade local. Por isso, trajetórias individual e coletiva podem redundar numa versão histórica em que a segunda se reduz, geralmente, em mero resultado ou soma da vida de certas pessoas ou famílias proeminentes de um determinado local.

Em geral, a escrita da história local diletante contém uma avaliação positiva do processo histórico devido ao tratamento demasiado subjetivo por

parte do seu autor, ao selecionar os “acontecimentos” que são artificialmente ordenados a fim de lograr uma linearidade lógica e harmoniosa ao desenvolvimento local. Essa visão positiva é muitas vezes fruto da falta de discernimento entre a trajetória individual do autor, geralmente com ascensão social, e aquela coletiva da comunidade sobre a qual se escreve (Correa 2002, p.151).

Outra característica da história local é um certo mecanicismo que faz dela mero desdobramento de uma outra história ou como parte integrante de um todo, cuja história seria escrita com H maiúsculo. Todavia, a soma das histórias locais não resulta uma história regional, assim como as histórias regionais não constituem uma história nacional.

Se muitos autores consideram a sua história local como uma peça de um Puzzle, outros a confundem com a micro-história. A micro-história se caracterizou por um movimento heterogêneo que, grosso modo, oferece uma outra escala para a investigação histórica. Em termos epistemológicos, trata-se da construção do social a partir da micro-análise (Revel 1998). Essa redução da escala logra aspectos outrora imperceptíveis às observações macroscópicas. Segundo Giovanni Levi (1992, p. 152), a micro-história logra evidenciar o funcionamento de alguns aspectos da sociedade que seriam distorcidos pela generalização.

Enquanto a história local é, geralmente, considerada como um enquadramento em um processo histórico maior, a micro-história se concentra nas contradições dos sistemas normativos, e por isso, na fragmentação e na pluralidade dos pontos de vista próprios aos sistemas fluidos e abertos (Levi 1992, p. 155).

Outra diferença entre história local e micro-história se encontra na distinta matriz política ideológica. Se a primeira apresenta, geralmente, um viés conservador e com influência positivista, a segunda surgiu de uma dissidência no pensamento de esquerda e de uma crítica ao reducionismo marxista, pois seus representantes consideravam a realidade social mais complexa e mesmo caótica. Para Giovanni Levi (1999), a realidade social tem uma configuração dinâmica e não compete ao historiador paralisar o que é móvel. Cabe a ele descrever conceitualmente a desordem e abandonar a pretensão de impor uma ordem artificial a uma realidade que é caótica. Eis, portanto, mais uma distinção entre as monografias de história local e a produção intelectual em micro-história. Ou seja, enquanto os autores das primeiras buscam integrar cronologicamente e de forma ordenada certas localidades a uma história geral, a segunda logra mostrar as limitações de modelos racionalistas para abarcar a complexidade caótica da realidade social.

## Quem escreve história local?

Apesar da filiação de alguns historiadores às ideologias e às utopias do século XX, a historiografia contemporânea sul-rio-grandense se atualiza, principalmente em termos epistemológicos. Essa renovação fomenta igualmente certos modismos, cuja produção intelectual nem sempre corresponde quantitativa e qualitativamente àquela das correntes adotadas. Mas mudanças estruturais também permitem entender as vagas recentes da historiografia sul-rio-grandense. A urbanização e a mobilidade espacial e social das últimas décadas nas áreas de colonização e imigração européia no Rio Grande do Sul são fatores entre outros que possibilitaram o ingresso de ítalos e teuto-brasileiros nos cursos de Pós-Graduação em História, cujo aumento a partir da década de oitenta foi significativo no país. Essa orientação profissional tem também a ver com uma questão subjetiva, pois como sugere Burke (2002, p.34), “para se orientarem em um período de rápida mudança social, muitas pessoas sentem a necessidade crescente de encontrar suas raízes e de renovar os laços com o passado, em especial o passado de sua comunidade – sua família, pequena cidade ou aldeia, profissão, grupo étnico ou religioso.” Além disso, o fenômeno da municipalização dos últimos vinte anos fomentou uma história local menos diletante e mais profissional.

Se até os meados do século XX, a historiografia sul-rio-grandense foi marcada pelo diletantismo de luso-brasileiros, a partir das últimas décadas ela sofreu uma mudança, caracterizada por um maior profissionalismo e pelo predomínio de historiadores ítalos e teuto-brasileiros. Na escrita da história local, essa profissionalização é ainda incipiente, mas já acusa uma tendência regional que expressa uma outra em âmbito internacional. Porém, ainda são poucos os cursos de especialização e pós-graduação com ênfase em História Local e/ou Regional no Rio Grande do Sul.

Em outros países como Portugal e Espanha, a história local se encontra consolidada. Em Portugal, tem-se disciplinas de história local e regional, como a oferecida pela doutora Margarida Sobral Neto, no Instituto de História Econômica e Social da Faculdade de Letras de Coimbra, e também cursos de mestrado tal como o de História Regional e Local do Departamento de História da Universidade de Lisboa, sob a coordenação do doutor Pedro Barbosa.

Na Espanha, a história local é igualmente expressiva. Em alguns casos, porém, ela assume uma dimensão política quase de oposição à história nacional, em função do regionalismo ou, em casos extremos, do separatismo. A história local pode também servir política e ideologicamente de instrumental para intelectuais hostis à globalização. Na história local se encontra, portanto, elementos para uma atualização da versão do campônio David frente ao gigante Golias.

Apesar das diferenças de orientação política da história local e regional, em ambos os países ibéricos há igualmente uma outra razão para a profissionalização da escrita da história local. Trata-se da relação entre ela e o turismo local e/ou regional. Assim como na Europa central, na Península Ibérica o turismo representa um importante setor da economia, gerando significativo número de empregos e promovendo a preservação do patrimônio histórico, além de dinamizar os setores artísticos e culturais de diversas regiões e localidades. A história local torna-se, portanto, um imperativo para aquelas comunidades dependentes do turismo. E como um dos papéis das universidades é formar quadros, a profissionalização da história local surge como uma forte tendência em áreas turísticas novas.

No Brasil, uma nova concepção turística tem promovido o encontro de uma população urbana com comunidades rurais e reservas ecológicas, cujos desdobramentos são, entre outros, a valorização da história local dessas comunidades e a “conscientização verde”.

Com o desenvolvimento do turismo em certas localidades, historiadores locais têm atualmente maiores chances de atuarem profissionalmente. Mesmo sem uma formação específica em história local, esses profissionais podem contribuir para a construção do conhecimento histórico das localidades de várias formas. Entre elas, destacam-se as atividades de conscientização e preservação de documentos e do patrimônio histórico, de organização e sistematização de arquivos particulares e públicos, de ensino e de pesquisa.

Se a história local é, geralmente, endógena, isto é, escrita no local e por historiadores locais (dilettantes ou não), não significa que os historiadores profissionais tenham que fazer história local quando debruçados sobre suas comunidades.

### **Perspectivas historiográficas para uma história local**

No fito de acenar com outras possibilidades de escrita à história local, será tomado como exemplo a escrita sobre a história de Santa Cruz do Sul e de Rio Pardo, ambas no Vale do Rio do Pardo (RS). Almanques, monografias, livros, teses, dissertações, artigos em jornais e em revistas especializadas reúnem copiosa produção intelectual sobre a história local dessas comunidades. Cabe salientar que uma parte significativa dessa produção foi escrita em língua alemã. Profissionais ou não, seus autores são majoritariamente “historiadores” locais. As implicações dessa condição autoral sobre a escrita da história local são várias. Entre outras, destaca-se uma tendência à hipervalorização de certas características da comunidade, que pode redundar em visões românticas, idealizadas ou de acentuado heroísmo, como se percebe na

história local do Pastor Loefflad (1952, p.21): “Deixaram aqueles homens, aquelas mulheres e aquelas crianças o sangue de seus parentes, irmãos e amigos, para aqui chegarem e auxiliarem outra terra e a si próprios; por assim dizer, uma nação dando as mãos a homens, e estes, seus músculos, seu amor, sua boa vontade, sua vida, enfim, tudo para fazerem que esta nação florescesse e se tornasse grande entre as grandes nações”; ou naquela escrita por Hardy Martin (1979, p.25): “Chegaram os colonos de olhos azuis e cabelos loiros; com suor e lágrimas umedecera a terra fértil e generosa que lhes haveria de retribuir com colheitas fartas as mil vicissitudes”.

Não resta dúvidas que o historiador profissional está mais preparado a evitar aquela subjetividade passional criticada por Ricouer, mas outras dificuldades podem estar presentes nessa relação com um objeto de estudo tão familiar. Não menos difícil é “a escolha das lentes com as quais se busca ver o passado”, pois desde a segunda metade do século XX, muitos historiadores manifestam certa desconfiança frente às grandes teorias macro-sociológicas e aos modelos teóricos. Estes, portanto, rejeitam igualmente aquela história local que se pretende acoplada de forma mecanicista a esses grandes modelos interpretativos.

Com a crise dos paradigmas, que se instalou na historiografia há mais de uma década, uma história global ou universal deixou de ser escrita pelos historiadores, embora alguns, como David S. Landes (1998), tenham oferecido sínteses polêmicas dos últimos séculos. A antropologia histórica também tem oferecido sínteses dos últimos séculos, como a de Eric Wolf (1982) sobre a relação da Europa com “o resto do mundo”. Outra perspectiva global é defendida pela historiadora Micheline Cariño (1999) através da eco-história.

Apesar das dificuldades de se reescrever uma história global, como apontou Willem Erauw (1999), e da forte tendência à “balcanização” do discurso historiográfico, ainda é incipiente aquela tendência historiográfica em prol de uma história local como oposição às desacreditadas macro-análises, que predominaram durante os meados do século XX.

Atualmente, os historiadores se encontram pouco inclinados tanto à escrita de uma história global quanto de uma história local. O recorte espacial se traduz geralmente em estudos de caso, pois com a vulgarização das correntes historiográficas da *Nouvelle Histoire* as investigações tendem a privilegiar certas abordagens com ênfase nas questões étnicas, religiosas e de gênero, assim como em temas ligados à cultura e às idéias. Em suma, há um predomínio da valorização de grupos minoritários e “sem vozes” e da cultura popular na historiografia contemporânea. Como critica Himmelfarb (1987, p.4), o que se situava no centro de interesse dos historiadores de outrora, agora se encontra na periferia. Essa inversão de interesses revela não apenas um caráter

compensatório frente a temas pouco reconhecidos por outros modismos na escrita da história, mas também acusa um afã intelectual por certo ineditismo. Não é por acaso que os arquivos locais estão sendo revirados por historiadores locais, ávidos por fontes para estudos sobre a sexualidade, as atividades cotidianas, a circulação das idéias e as festas religiosas e seculares de uma comunidade.

No curso de História da Universidade de Santa Cruz do Sul, projetos de pesquisa e monografias têm cotejado o passado de certas localidades do Vale do Rio Pardo (RS), como Sinimbu, São Martinho, Monte Alverne, Rio Pardinho, entre outras. Independente do *approach* teórico e dos métodos de pesquisa empregados, essa produção acadêmica tem contribuído para uma revisão da tradicional história dessas localidades.

Entre as diferentes abordagens historiográficas, os trabalhos acadêmicos do curso de História da Universidade de Santa Cruz do Sul têm sido orientados com frequência para uma história social, especialmente no que se refere ao estudo da família e da criança. Monografias como a de Shana Cecília Rech (2002) sobre o prazer pueril em Santa Cruz do Sul (1850-1950) revela uma infância peculiar em que tradições germânicas se desenvolvem num meio subtropical. Através do lúdico, brincadeiras e jogos ganham novas formas e são elaboradas na medida em que as crianças fazem representações da vida dos adultos que, por sua vez, também foram alteradas pela imigração.

Assim como a infância, as estratégias de reprodução biológica e social (ou de mobilidade social) através do casamento ainda não foram suficientemente estudadas. Pressupõe-se que a reconstrução do social nessas localidades coloniais teve no casamento um aspecto de fundamental importância. Nesse sentido, o casamento contratual pode ter sido uma forma de superar certas dificuldades iniciais.

Em 1858, Avé-Lallemant comentou que não havia moças na colônia. Os homens “apenas se emplumam, batem asas. É geral a queixa sobre a falta de moças vigorosas, dessas que podem reunir na mesma pessoa a criada e a senhora, a mãe e a ama ao mesmo tempo” (Avé-Lallemant 1980, p.185).

Para Vogt (1997, p.67), “a falta de moças era consequência do aporte de maior contingente de elementos do sexo masculino do que do feminino à Colônia”. No entanto, um estudo minucioso das estatísticas referentes aos primeiros imigrantes aponta para um número semelhante entre os gêneros. Aliás, a política de colonização enfatizava a vinda de imigrantes com família e inibia a de solteiros. Barreiras geográficas, sociais e, principalmente, religiosas são causas mais plausíveis das dificuldades masculinas que apontou o naturalista alemão, embora a escassez feminina a que ele se referiu parece ser mais de ordem qualitativa que quantitativa.

Além da importância do matrimônio na sociedade local, o estudo sobre as relações familiares e a construção do capital social nessas comunidades locais pode contribuir para um melhor entendimento do desenvolvimento local e regional, nos seus aspectos econômicos e sócio-culturais. A monografia de Marinês Teresinha Neumann (2002) sobre as associações e a construção do capital social em Santa Cruz do Sul revela uma dinâmica social local híbrida, isto é, mais teuto-brasileira do que exclusivamente germânica, como comumente se pensava. Apesar da tradição germânica de certas associações, essas assumiram novas funções em áreas de colonização e imigração alemã no Rio Grande do Sul.

Novas interpretações sobre as formas associativas e suas funções junto às comunidades locais podem contribuir para abrir novos horizontes sobre temas como a aculturação e a assimilação dos imigrantes e seus descendentes no Brasil. Mas se certos fenômenos como os supracitados e que foram objeto de estudos sociológicos (Schrader, 1974; Schaden, 1974; Willems, 1980) recebem um novo tratamento, ou mesmo uma nova terminologia (Correa 2001), isso indica que os cientistas sociais seguem atualizando suas categorias de análises. A história local precisa igualmente passar por uma revisão crítica, pois fatos históricos ligados à colonização como o desmatamento – e vinculados pela história local ao progresso – necessitam de uma nova semântica frente aos novos paradigmas.

A formação das empresas familiares também carece de uma revisão histórica a partir de novas abordagens. A escrita diletante da história local esteve fortemente influenciada pela ideologia do *self made man* e os cientistas sociais que se debruçaram sobre o desenvolvimento local (Singer, 1977; Godinho et al., 1980) de Santa Cruz do Sul não consideraram aspectos da micro-economia, uma vez que estavam teoricamente orientados para análises estruturais a partir de modelos da macro-sociologia.

Os limites de poder de gestão das empresas familiares, a especialização de certas funções administrativas, as divisões que surgem com a incorporação de outras congêneres, os casamentos entre filhos de sócios e a cooperação de genros e cunhados são alguns tópicos que podem evidenciar particularidades no processo de desenvolvimento empresarial local. Práticas de capitalização em voga na segunda metade do século XIX, como o investimento do capital particular, oriundo do comércio, para a formação de empresas e a retenção de lucros, limitando dividendos, não foram necessariamente práticas do empresariado teuto-brasileiro. As estratégias do empresariado local frente à política do encilhamento também não foram estudadas e, apesar da repressão estadonovista ter sido alvo de uma monografia de história local (Kipper, 1979), continua obscura a relação da nacionalização com o crescimento econômico local.

Para uma história empresarial de uma localidade, as fontes podem ser obtidas através de procedimentos metodológicos como a biografia e/ou a história de vida de empresários e funcionários. Mas outras fontes alternativas são necessárias, como, por exemplo, atas de empresas, lista de bens patrimoniais, livros de importação/exportação ou de balanços empresariais, fotografias, plantas das empresas e livros de contabilidade, além de documentos cartoriais como pedidos de concordata ou número de registro dos imóveis empresariais.

Cabe salientar que a diversidade e a quantidade de empresas privadas e familiares em Santa Cruz do Sul e Rio Pardo durante a primeira centúria da colonização são muito expressivas e ainda não foram suficientemente estudadas. Apesar da expressiva literatura sobre a gênese da indústria no Rio Grande do Sul (Tejo, 1939; Roche, 1969; Delhaes-Guenther, 1973; Lagemann, 1982) restam poucos estudos específicos (Krause, 1991) sobre as empresas familiares nessas localidades.

A partir da segunda metade do século XX, muitas empresas familiares locais foram vendidas para empresas maiores e multinacionais, especialmente aquelas ligadas aos setores de produção, beneficiamento e exportação do tabaco. No final do século XX, empresas familiares de outros setores como o têxtil e de vestuário tiveram dificuldades, sendo que muitas não acompanharam a chegada do novo século. A tese do historiador belga Henri Pirenne de que a cada período da história econômica corresponde um grupo diferente de empresários, pois nem todos se adaptam às novas condições do mercado, ainda está por ser comprovada nessas localidades do Vale do Rio Pardo, cuja gênese empresarial ocorre concomitante com a colonização.

Outro tema novo na história empresarial é o da cultura específica desse setor. Segundo Lobo (1998, p.238), essa tendência segue a de outras tendências na historiografia, preocupadas com a imbricação de várias culturas. Na história local, essa relação entre uma cultura empresarial (teuto-brasileira?) local com a cultura empresarial nacional e com a cultura política brasileira ainda não foi investigada, seja durante o II Reinado, a República Velha ou o Estado Novo. Estudos atuais sobre a evolução econômica e social da região do Vale do Rio Pardo (Souza et al., 2002) tampouco enfatizam a ação e a(s) cultura(s) das empresas locais.

A genealogia das empresas locais se coaduna com outros temas pouco explorados pela nova historiografia. As díatribes no seio da comunidade, a negociação das dívidas dos colonos, a nem sempre lícita transação fundiária, as querelas religiosas, o alcoolismo, o trabalho infantil, tentativas de homicídio, o desmatamento e a intoxicação das águas e dos solos são alguns destes temas que acusam comunidades demasiadamente humanas e menos heróicas do que se preconizou pela tradicional história local. Cabe

salientar que esses temas não são inéditos, pois eles já foram mencionados *en passant* pelos próprios historiadores diletantes locais.

No livro bilíngüe organizado pelo Pastor F. Loefflad para o centenário da colonização alemã em Rio Pardinho (1952), a alta rotatividade dos pastores em Rio Pardinho foi registrada e relacionada ao seu desligamento da paróquia de Santa Cruz em 1873. Sua autonomia paroquial não garantiu a permanência do *Pfarrer* e as disputas “às vezes acesas” entre os evangélicos continuaram (Loefflad, 1952, p. 77).

Além das diatribes internas, os protestantes também tiveram desavenças com os católicos. Em uma ata de assembléia da comunidade, foi selada a separação de credos religiosos nos assuntos da escola, ficando o turno da manhã para a facção dos católicos e da tarde para a dos protestantes (Loefflad, 1952, p. 181).

As desavenças não eram somente religiosas, e os conflitos interpessoais não ocorriam apenas entre os colonos. Muitas das personagens proeminentes da história local também tinham suas inimizades. Em carta datada de quatro de abril de 1853, o agente responsável pelo recrutamento de emigrantes para Santa Cruz, Peter Kleudgen, reclama da conduta do Diretor da Colônia de Santa Cruz ao Presidente da Província, chegando a pedir a demissão de Buff (Martin, 1979, p.75/76). Neste mesmo ano, o Diretor da Colônia registrou em seu relatório uma tentativa de homicídio, cujo autor foi o colono Westphal, e uma agressão com arma branca contra sua própria pessoa, vinda do colono Nicolau Jost (Martin, 1979, p. 93).

Assim como com Peter Kleudgen, o relacionamento de Buff com o Vice-Diretor e Agente de Colônia, Major Antônio Prudente da Fonseca, não foi muito amistoso. Aliás, o referido Major escreveu ao Presidente da Província reclamando que Buff não lhe dera os mapas da colônia, e era difícil, assim, relacionar os colonos devedores (Martin, 1979, p. 119). A regularização dos títulos de propriedade era a principal tarefa de Fonseca; porém, as dívidas dos colonos surgiam como ponto de atrito nas relações entre Fonseca e Buff.

Os conflitos de interesses que envolviam diretores, vice-diretores, agentes de imigração e os próprios imigrantes, além daqueles que opuseram os governos brasileiro e alemão já foram parcialmente tratados por historiadores profissionais (Cunha, 1994) ou não (Martin, 1979). No entanto, pouca atenção foi dada à vinculação da liberdade de ação dos indivíduos, propiciada pelas inconsistências internas que fazem parte de qualquer sistema normativo, com certos fenômenos mais gerais. Como salienta Levi (1992, p. 158), “a micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas, ao mesmo

tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral.”

Enquanto perspectiva historiográfica, a micro-história pode contribuir igualmente para o estudo de certos aspectos da comunidade ou de certos indivíduos que foram pouco ou nada apreciados pela história local tradicional. No livro já mencionado de Loefflad (1952), tem-se um registro de etilismo agudo do mestre da comunidade escolar de Linha Travessa, que foi surpreendido pelo zelador da escola, Günter Gressler. “Continuando Gressler a dispensar-lhe o tratamento devido a um alcoólatra, o professor pouco depois deixou seu cargo” (Loefflad, 1952, p. 180). Fechada por alguns anos, essa escola abriria suas portas novamente com a chegada de um novo professor em 1887. Porém, Josef Klever foi demitido por razões ignoradas...

O caso de alcoolismo supracitado não parece ter sido uma exceção no círculo docente da localidade de Rio Pardinho. Na Sociedade Escolar Travessão Dona Josefa, a alta rotatividade dos professores pode estar relacionada à embriaguez e à conduta perniciososa de certos professores, conforme o que permite inferir o apanhado histórico de autoria do Pastor Dannert e datado de 1925 (*apud* Loefflad 1952, p.161/162). Nos meados da década de vinte, um outro caso constrangedor envolveu mais um professor de Rio Pardinho. Trata-se do recrutamento de alunos pelo professor da escola de Linha Travessa, Hans Hanke, para plantar batatas em sua propriedade (Loefflad, 1952, p. 180).

A alta rotatividade de pastores e professores e algumas condutas “desviantes” ainda não foram devidamente investigadas. A falta de estudos antropológicos e sociológicos sobre as relações de poder nessas localidades faz com que muitas questões permaneçam abertas ou sem respostas satisfatórias.

Mas não são apenas as querelas religiosas ou a rotatividade de pastores e professores que suscitam uma revisão da auto-organização social da comunidade local. A carta enviada em 1853 ao Inspetor da Colônia e de autoria de Gottlieb Berger, em que este reclama do seu vizinho Johann Westphal, permite inferir brechas na solidariedade dos primeiros anos na Picada de Rio Pardinho. (Martin, 1979, p. 89/90).

Assim como o livro organizado por Loefflad, a monografia de Hardy E. Martin (1979) contém vários aspectos da colonização de Santa Cruz e Rio Pardinho que permitem inferir uma história local menos ordenada e épica do que aquela que ele mesmo se empenhou em escrever. Problemas com a demarcação e distribuição dos lotes e a presença de uma caterva indesejável acusam a necessidade de rever a história local, a fim de melhor pesquisar as origens da desigualdade social na região. A propósito, a desigualdade social

entre imigrantes sempre foi uma característica do próprio *in-group* e que foi registrada pela coeva observação da imigrante belga Maria van Langendonck (2002, p.25):

...alguns [imigrantes] carregavam consigo uma pequena fortuna, seja em espécie, seja em mercadorias. Outros haviam sido embarcados às custas de suas comunidades. Os primeiros estavam munidos de amplas provisões culinárias; os segundos, reduzidos às rações de bordo, recebiam apenas o suficiente para não morrer de fome.

Na localidade de Rio Pardinho, a desigualdade social se manteve por diversas razões. Entre elas, destaca-se a aleatória concessão de lotes com recursos naturais nem sempre equitativos. Além disso, a mobilidade espacial interna na área colonial era também motivada por questões sociais e religiosas, como se pode inferir através do relato de Max Beschoren (1989, p.16):

A Picada Riopardinho é a mais bela e abastada da antiga colônia de Santa Cruz, estende-se na fronteira da vila, num comprimento de cinco léguas de Sul a Norte, no vale do Riopardinho. Os moradores a chamavam de “Picada Nova”, porque foi aberta depois da Picada Santa Cruz ou “Velha Picada”. Os habitantes descendiam das mais diversas partes da Alemanha e, em sua maioria, protestantes. Esta Picada contrasta com a Picada Velha, cujos moradores, em grande parte, são católicos, mas vivem muito bem entrosados. Ultimamente é freqüente a venda de terras por parte dos protestantes da Picada Velha aos católicos, principalmente da Picada Nova, onde a terra era bem melhor e os preços, elevados.

Além da desigualdade social interna dos imigrantes, há também aquela entre estrangeiros e nacionais, cuja causa, entre outros aspectos, era a forma de acesso às terras. Em novembro de 1854, o Diretor da Colônia de Santa Cruz, João M. Buff, enviou uma correspondência ao Presidente da Província, Cansansão Sinimbu, na qual foi mencionada a existência de posseiros em terras do Governo (Martin, 1979, p.96).

A impossibilidade de controlar os fluxos (i)migratórios também aparece em outra correspondência de Buff. Em dezembro de 1856, Buff escreveu para o Presidente da Província, Jerônimo F. Coelho, solicitando reforço policial, pois “o progressivo aumento de moradores na Povoação nova de Santa Cruz e sua imediata circunferência no Faxinal de João Faria, para cujo local ocorrem agregados e jornaleiros de muitas pontas da Província, tanto nacionais como estrangeiros, sendo a maior parte dos concorrentes de problemáticas condições, tem dado lugar a diferentes

desordens na mesma Povoação (...)" (Martin, 1979, p.109/110). Na mesma correspondência, destaca-se a referência às cinco casas de negócio sobrecarregadas de bebidas espirituosas.

Concomitantemente com os problemas supracitados, Buff se deparou com a ilícita transação de terras. A venda legal de terras exigia o título de propriedade, e os primeiros imigrantes só poderiam dispor de suas terras ao término de dez anos. Com a chegada dos *Brummers*, agravou-se a dubiedade da transação fundiária, pois esses ex-soldados chegaram como proprietários dos lotes que receberam, e a venda poderia ser feita com a simples apresentação do documento de dispensa do serviço militar (Martin, 1979, p.102). Cabe salientar que na Picada de Rio Pardinho, segundo um documento oficial emitido pelo Diretor Buff, datado de 20 de junho de 1850, foram estabelecidos muitos militares com baixa e capitulação desde o ano de 1824 (Martin, 1979, p.115-116).

Mas não somente imigrantes alemães vieram para essas localidades. No Travessão ou Linha Travessa (Querpikade), que ligava a Picada Nova (posteriormente Rio Pardinho) com a Picada Santa Cruz, foram alojados alguns imigrantes holandeses (Martin, 1979, p.85). Imigrantes belgas também se encontravam na Colônia de Santa Cruz, porém poucos permaneceram devido à localização dos lotes que lhes haviam sido destinados. (Martin, 1979, p.102). Resta saber se certas rivalidades históricas e as diferenças culturais dos imigrantes se reproduziram em terras brasileiras destinadas à colonização.

A evasão registrada durante os primeiros cinco anos da Colônia de Santa Cruz foi de 53 pessoas. Dessas, 30 deixaram Picada Nova (Rio Pardinho), sendo que 10, por problemas de adaptação (Martin, 1979, p.98). A inadimplência de certos colonos como Adolfo Textor e Alexandre Karl, a evasão de outros, a chegada de novos imigrantes em precárias condições, a falta de subsídios para minimizar a situação destes e ainda as ordens oficiais de diminuição dos gastos com a colonização fizeram com que o Diretor Buff ameaçasse inclusive interromper os trabalhos na Picada Nova, no início de 1853.

A heterogeneidade social, cultural e étnica dos imigrantes e os malogros individuais do empreendimento colonizador são alguns aspectos da história local que necessitam de estudos mais aprofundados, a fim de evitar uma generalização romantizada da colonização. A propósito, salienta Burke (2002, p. 93) que "o estudo da mobilidade [social] descendente tem sido indevidamente negligenciado". Essa negligência tem a ver também – como já foi dito anteriormente – com a trajetória ascendente de quem escreve a história local.

A mobilidade social, seja ascendente ou descendente, concorre, geralmente, para uma mobilidade espacial. Ambas provocam um rearranjo humano e territorial imprevisível que muitas vezes escapa àquela visão ordenada

e harmônica da história local. Outras mudanças não previstas igualmente no projeto de colonização e imigração também não são contempladas pela história local. No caso da localidade de Rio Pardinho, destacam-se as alterações ecológicas já percebidas em maio de 1858 quando, ao noticiar a grande enchente que, além de outros prejuízos, destruiu completamente a ponte, o Diretor Buff atribuiu a violência crescente das águas ao desmatamento nas margens do rio (Martin, 1979, p.115). Aliás, o desmatamento contínuo para diversos fins (assentamento dos colonos, faina agrícola, abertura de vias de transporte, comércio e comunicação e exploração madeireira com finalidade energética e de marcenaria) foi uma das atividades dos imigrantes que suscita uma acurada investigação histórica.

Da mesma forma, o método da queimada para posterior cultivo do solo acusa uma *Kulturlandschaft* resultante de um pragmatismo econômico não necessariamente “sustentável”, no plano ecológico. Além de cartas dos próprios colonos e de relatórios do Diretor da Colônia de Santa Cruz, a queimada dos pioneiros foi registrada pela coeva observação do viajante Robert Avé-Lallemant (1980, p. 175) que, ao passar por Rio Pardinho, em 1858, se refere aos “troncos de árvores carbonizados e meio cinzentos, restos do voraz incêndio na mata semitostada!”

O desmatamento pode ser estudado a partir de diversas abordagens historiográficas. Além da tradicional abordagem da história econômica, que acentua a imperiosa necessidade do desmatamento para a implantação das colônias agrícolas, tem-se novas abordagens, como a eco-história e a história das paisagens. Ambas enfatizam o desmatamento, enquanto uma relação não meramente econômica, mas mais cultural com o meio ambiente.

O paradigma atual da sustentabilidade, que orienta essas abordagens ecológicas de investigação histórica, permite uma reflexão crítica sobre o uso e apropriação dos recursos naturais pelas gerações passadas, atribuindo a elas a devida responsabilidade pela disponibilidade de recursos atuais. Esse diálogo, que essa nova escrita da história permite entre as gerações e entre profissionais e leigos sobre o trato com a natureza, favorece uma conscientização ecológica da dimensão histórica de certos problemas atuais como a poluição ambiental através de agro-tóxicos, queimadas e desmatamento, e permite rever certas tradições tecnológicas, valorizando aquelas reconhecidas historicamente como *umweltfreundliche*.

Os estudos históricos sobre a relação entre os imigrantes e o meio ambiente subtropical podem também contribuir para melhor avaliar as conseqüências não só do desmatamento, mas da agricultura e da caça para a fauna e a flora locais. As fontes para esse estudo são basicamente os relatos de viajantes e as cartas ou memórias de imigrantes.

Uma carta do imigrante Gressler, traduzida e publicada por Martin (1991), se refere à caça de animais silvestres como o macaco e sua importância na dieta alimentar diária à época dos pioneiros da colonização de Rio Pardinho. Como menciona Gressler, todos podiam caçar e em todas as épocas do ano. Pode-se inferir, portanto, que a caça generalizada e intermitente afetou a reprodução de espécies locais, causando até mesmo a extinção de muitas delas, como a onça. Os relatos de Madame van Langendonck sobre a morte de uma onça e, posteriormente, de seu filhote (2002, p.45) e a captura de um outro filhote, após a tentativa do caçador em alvejar a fêmea, acusam o vínculo da extinção do maior felino da região com a colonização. É também a imigrante belga que acusa a extinção e a raridade de certas espécies à caça predatória dos colonizadores.

À medida que a colônia era povoada, a caça recuava até as florestas não exploradas. As jacutingas, espécie de faisão, inicialmente muito abundantes, tinham-se tornado muito raras. Os caçadores estavam reduzidos aos papagaios e aos macacos, mas o número destes diminuía consideravelmente; os tatus tinham desaparecido e a caça livre, em todas as estações, havia privado a colônia de várias espécies de perdiz, que se matava mesmo na época da ninhada (van Langendonck 2002, p.75).

Além do comprometimento direto da reprodução da fauna local através da caça, muitas espécies animais e vegetais ficaram ameaçadas ou chegaram mesmo à extinção por motivos indiretos. Desmatamento, pecuária, lavoura e habitações humanas provocaram alteração do ecossistema, o que comprometeu a preservação da fauna e flora locais.

Essa interferência dos imigrantes no novo meio deve ser vista, portanto, para além da visão dicotômica entre cultura e natureza. Para Mendras (1978, p.19) a própria concepção de uma natureza virgem não é mais do que um mito ocidental de um mundo diferente em oposição àquele civilizado. O desmatamento das “matas virgens” pelas mãos dos imigrantes expressa, portanto, um marco na construção histórica da paisagem local, cuja orientação cultural é a acumulação de capital como se pode observar a partir do relato de Madame van Langendonck (2002, p.44):

...desde o primeiro ano de sua chegada ao Brasil, haviam obtido do governo uma colônia representando setenta hectares de floresta virgem. Assistidos apenas por um jovem compatriota, o casal levava a cabo, corajosamente, a obra do desmatamento: eles haviam continuado sua tarefa com a persistência que caracterizava seu país. A área do terreno a plantar crescera a cada ano. Com o produto de suas primeiras colheitas, inicialmente adquiriram uma vaca, em seguida duas, depois três, depois touros. Tudo isso se multiplicara, e em poucos anos eles contavam cinquenta cabeças de gado.

A história das paisagens pode contribuir para uma visão menos “naturalista” das áreas de colonização e imigração, onde, em certos locais, a mata atualmente se revigora pelo envelhecimento e diminuição da população rural, enquanto em outros a agricultura mecanizada ou a pecuária extensiva são co-responsáveis por fenômenos como a desertificação. Como avalia Teixeira da Silva (1997, p.205), uma importante contribuição dessa abordagem historiográfica é a noção de conjunto, sistêmica, marcada por padrões passíveis de comparação e com uma duração sempre longa.

Mas com o desenvolvimento tecnológico, as transformações na paisagem se tornam visíveis também num curto espaço de tempo. No caso da paisagem de Rio Pardinho, a sua alteração pode ser “historicizada” ao levar em consideração uma série de fatores como o crescimento demográfico e sua distribuição, a introdução de inovações tecnológicas e a diversificação agrícola ao longo dos últimos 150 anos.

### **Considerações finais**

O lugar que a historiografia reserva à história local pode mudar com a profissionalização desta. O recorte espacial do local se ajusta, geralmente, aos estudos de caso. Porém certas abordagens historiográficas enfatizam o particular e se recusam até mesmo às generalizações. A história local pode, portanto, continuar sendo o micro de uma macro-história, como também reivindicar pretensiosamente ser uma história única, singular. Historiadores mais moderados tendem a se afastar dos extremos, isto é, da escrita de uma história universal e de uma história local.

Contudo, o local é histórico e continua sendo mesmo em época de globalização. As abordagens e as diferentes perspectivas historiográficas permitem reconstruir o passado local de forma nova, e isso não tem nada de paradoxal. Micro-história, Eco-história e História das Paisagens foram algumas possibilidades interpretativas sugeridas para a construção do conhecimento histórico de uma comunidade local.

Os 150 anos de Rio Pardinho oferecem aos historiadores diversas possibilidades de escrita que podem contribuir até mesmo para uma revisão historiográfica da grande imigração européia do século XIX, pois estratégias de reprodução social e familiar, motivações psíquicas na orientação das trajetórias individuais, entre outros aspectos, foram subestimadas pelas versões macroscópicas do fenômeno migratório. A partir de novas abordagens historiográficas, estudos aprofundados sobre uma localidade podem contribuir para uma melhor compreensão da complexidade da realidade pretérita, superando assim um reducionismo econômico, como

aquele de Radünz (2002, p.247), no qual o processo de emigração europeia no século XIX é visto como mero reflexo das transformações econômicas.

Outro aspecto em que a micro-história pode contribuir para o estudo das comunidades de Santa Cruz e Rio Pardinho diz respeito aos (re)fluxos migratórios não controlados pelo governo provincial. Pode-se inferir uma mobilidade espacial de imigrantes, a partir da observação de Martin (1979, p.139), de que muitos dos que aparecem no livro organizado por Loefflad (1952) não foram encontrados nas estatísticas das várias fontes por ele consultadas. Para Martin, talvez estes imigrantes tenham vindo da Europa sem qualquer interferência direta do Agente Colonizador ou do Governo.

Assim, apesar das diretrizes da política de imigração do governo provincial e da ação dos agentes e diretores, a realidade colonial foi construída por diversas ações humanas fortuitas, desordenadas e pragmáticas. Novas abordagens historiográficas permitem conhecer aspectos dessa realidade pretérita que foram ignorados ou subestimados pela escrita da história local. Porém uma atualização teórica e metodológica à produção do conhecimento histórico não garante a compreensão total da realidade pretérita. Apesar das várias possibilidades de escrita da história e por mais antiga que seja uma comunidade, a sua história será sempre uma construção inacabada.

## Referências bibliográficas

---

- AVÉ-LALLEMANT. *Viagem pela Província do rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- BARROS, C. La historia que viene. *Revista de História da Universidade de São Paulo*. São Paulo, n. 139, terceira série, nº 1, 1950, p. 95-115, 2º semestre de 1998.
- BARROS, C. Para um novo paradigma historiográfico. *Tempo – Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense*. Rio de Janeiro, n. 11, p. 205-221, jul. 2001.
- BESCHOREN, M. *Impressões de viagem na Província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.
- BEVIR, M. Narrative as a form of explanation. II CONGRESO INTERNACIONAL HISTÓRIA A DEBATE, v. 3, Santiago de Compostela: 14-18/07/1999. *Anais*, Santiago de Compostela, 1999.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.183-191.
- BURKE, P. *História e teoria social*. São Paulo: Unesp, 2002.
- CARIÑO, M. Historia ecológica: una nueva síntesis en el marco de la historia global. II CONGRESO INTERNACIONAL HISTÓRIA A DEBATE, v. 2, Santiago de Compostela: 14-18/07/1999. *Anais*, Santiago de Compostela, 1999.
- COLOMER, F. El sueño de una razón que no produzca monstruos. In: II CONGRESO INTERNACIONAL HISTÓRIA A DEBATE, v. 2, Santiago de Compostela: 14-18/07/1999. *Anais*, Santiago de Compostela, 1999.
- CORREA, S. M. S. *Zur ethnischen Identität der Deutschstämmigen in Santa Cruz do Sul/Brasilien*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.
- \_\_\_\_\_. “Integração e individualidades: a interação étnico-cultural no Rio Grande do Sul”. SIMPÓSIO Paese Natio/Zweite Heimat: O futuro das tradições italiana e alemã no Rio Grande do Sul. *Anais*, Porto Alegre: Est. Edições, 2002.
- CROIX, A.; GUYWA'CH, D. *Guide de histoire locale*. Paris: Editions du Seuil, 1990.
- CUNHA, J. *Os colonos alemães e a fumicultura*. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonisation. Ein Beitrag zur Geschichte der deutsch-brasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914*. Hamburg: 1994.
- DELHAES-GUENTHER, D. V. *Die Industrialisierung in Südbrasilien. Die deutsche Einwanderung und die Anfänge der Industrialisierung in Rio Grande do Sul*: Köln: 1973.
- ERAUW, W. Writing global history? Narrative Representation beyond Modernist and Postmodernist Theories of History. II CONGRESO INTERNACIONAL HISTÓRIA A DEBATE, v. 1, Santiago de Compostela: 14-18/07/1999. *Anais*, Santiago de Compostela, 1999.
- GODINHO, R. et al. *Estudos de população 6*. Santa Cruz do Sul. São Paulo: CEBRAP, 1980.
- HIMMELFARB, G. *The new history and the old*. Cambridge: 1987.
- KIPPER, M. *A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-1945)*. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979.

- KRAUSE, S. *Economia, política e religião em Santa Cruz do Sul na República Velha*. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- LAGEMANN, E. Imigração e industrialização. In: DACANAL, J. H. (Org.) *RS: Imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 114-133.
- LANDES, D. S. *A riqueza e a pobreza das nações*: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- LEVI, G. *Encuentros por la historia*. Entrevista concedida durante a sua participação no Evento Encuentros por la Historia, organizada pela Maestría de Historia Aplica y la Escuela de Historia de la Universidad de Costa Rica, entre os dias 23 e 28 de agosto de 1999. Disponível em: <http://historia.fcs.ucr.ac.cr/mod-his/e-levi-cost.htm>.
- \_\_\_\_\_. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992. p.133-162.
- LOBO, E. E. História Empresarial. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- MARTIN, H. E. *Santa Cruz do Sul: de colônia à freguesia (1849-1859)*. Santa Cruz do Sul: Apesc, 1979.
- MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- NEUMANN, M. T. *O associativismo e a construção do capital social em Santa Cruz*. [cópia impressa não publicada]. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2002.
- PIÑERO, E. La historia no es un arte. La historia es una ciencia II CONGRESO INTERNACIONAL HISTÓRIA A DEBATE, v. 2, Santiago de Compostela: 14-18/07/1999. *Anais*, Santiago de Compostela, 1999.
- RADÜNZ, R. Os custos sociais da Europa revolucionária: o século XIX e a imigração. *Métis: História & Cultura*. Revista de História da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, v.1, n. 1, p. 245-256, jan/jun. 2002.
- RECH, S. C. *O prazer pueril em Santa Cruz do Sul (1850-1950)*. [cópia impressa não publicada]. Universidade de Santa Cruz do Sul: 2002.
- REVEL, J. Micro-análise e construção do social. In: REVEL, J. (Org.) *Jogos de escalas: a experiência da micro-análise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.15-38.
- \_\_\_\_\_. Ressources narratives et connaissance historique. II CONGRESO INTERNACIONAL HISTÓRIA A DEBATE, v. 3, Santiago de Compostela: 14-18/07/1999. *Anais*, Santiago de Compostela, 1999.
- ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SCHADEN, E. O estudo sócio-antropológico da aculturação dos alemães no Brasil. II
- SCHRADER, A. “Êxitos da aculturação urbana e rural de imigrantes de origem alemã e dos seus descendentes no sul do Brasil. II COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 1974, Recife. *Anais*, Recife, 1974.
- SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1977.
- SOUZA, N. J. (Org.). *Evolução econômica e social da região do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.
- STONE, L. The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History. In: Past and Present, 85. 1979. Reprinted in Lawrence Stone (1987). *The past and the present revisited*. London: Routledge and Kegan Paul, p. 74-96.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro F.;

- VAINFAS, R. (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- TEJO, L. A indústria rio-grandense em função da economia nacional. *Estatística industrial do Rio Grande do Sul - Ano 1937*, Porto Alegre, 1939.
- VAN LANGENDONCK, M. *Uma colônia no Brasil*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.
- VOGT, O. P. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.
- WATELET, H. Illusions et sous-estimation du rôle du sentiment dans la démarche historique. II CONGRESO INTERNACIONAL HISTÓRIA A DEBATE, Santiago de Compostela: 14-18/07/1999, *Anais*, Santiago de Compostela, 1999.
- WOLF, E. *Europe and the People without History*. Berkeley, 1982.
- WILLEMS, Emílio. A aculturação dos alemães no Brasil. São Paulo: Nacional, 1980 (Série Brasileira 250).